

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Jari

Class.: 72

Data: 25 de janeiro de 1982

Pg.: _____

O significado dessa solução do caso Jari ^{AT} 25.01.82

O desfecho do prolongado "caso" Jari, que toda imprensa já noticiou e analisou no final de semana, pareceu-nos dos mais felizes e sobretudo muito estimulante e promissor, como indício de possíveis novos tempos.

O que aconteceu, os leitores já sabem, não foi apenas a viabilização (ou a recuperação da viabilidade) de um empreendimento importantíssimo, com futuro econômico dos mais promissores, embora enfrentasse há algum tempo certas dificuldades financeiras. Houve, também, nesse episódio, a reunião em uma holding, a nova Cia. do Jari, de 23 grupos empresariais privados entre os mais importantes e poderosos do Brasil. Está aí, a nosso ver, a semente de algo que poderá ter desdobramentos no futuro, já que o descortino, a competência e a capacidade empreendedora destes homens que se estão reunindo em torno do Jari permitem vislumbrar um potencial de realizações que ultrapassa as dimensões daquele projeto.

O sr. Daniel Ludwig, ao se retirar do empreendimento, depois de ter deixado aqui os frutos do seu pioneirismo, ainda indiretamente proporcionou ao Brasil um fato inédito e muito importante: a associação íntima, num só objetivo, de forças empresariais relevantes que até agora operavam com eficácia mas de maneira dispersa.

A solução encontrada — graças, principalmente, ao patriotismo e ao espírito público do empresário paulista Azevedo Antunes — pareceu-nos particularmente feliz porque o empreendimento que Ludwig iniciou se encontrava perante dois caminhos: ou seria assumido pelo governo, ou se transformaria numa nova Fordlândia, destruído e retomado pela floresta amazônica. É claro que, do ponto de vista da economia brasileira como um todo, nenhuma das duas coisas interessaria, embora houvesse muitos interessados em que o governo tomasse conta — de olhos postos, certamente, nos empregos e mordomias que daí poderiam advir.

Aparentemente, os objetivos e as idéias de Daniel Ludwig foram combatidos por altos patriotas que se angustiavam porque um estrangeiro estava tomando conta daquele pedaço. Na realidade, o empreendimento não pôde ser levado adiante por seu fundador porque algumas pessoas supostamente bem-intencionadas encheram-se de ardor nacionalista — uma praga que emperra nosso desenvolvimento — e trataram de criar uma situação de fato: ante a recusa do sr. Daniel Ludwig a pagar a dívida de uma empresa cujo patrimônio imobiliário não era reconhecido como seu, seria fácil proceder à estatização do projeto. E isso sem dúvida aliviaria o espírito, por exemplo, daquele contra-almirante do Conselho de Segurança Nacional, que declarou à imprensa que a seu ver Ludwig era um pirata, porque todo armador é descendente de piratas...

Foi com argumentos desse jaez, reveladores da profunda percepção que muitos homens de governo têm do papel do investimento estrangeiro neste país, que se armou toda a trama nacionalista, aparentemente patriótica, mas destinada, rasteiramente, a criar uma nova cornucópia administrativa e financeira para apaniguados, tão logo Ludwig deixasse a área e o governo nela entrasse para tentar fazer aquilo que era imperioso — tocar o projeto em frente.

O gesto do presidente Figueiredo, solicitando ao empresário Azevedo Antunes uma solução privatista, diante da irrevogável decisão de Ludwig de abandonar o Jari, precisa ser apreciado em sua verdadeira dimensão: na verdade ele frustrou as ambições e os objetivos de diversos grupos tecnoburocráticos, civis e militares, que prelibavam as polpudas recompensas que iriam auferir da abnegada missão de salvadores do Jari. Teríamos ali, como disse um empresário, a Jaribrás — com tudo o que isso significa de corrupção e ineficiência.

O plano foi por água abaixo, e isso já é uma vitória para o contribuinte brasileiro, independentemente dos destinos do Jari.

Devemos, ainda, dizer que o presidente Figueiredo acertou em cheio ao escolher a figura que deveria conduzir os entendimentos. Certamente há muitos outros empresários do nível de Azevedo Antunes no Brasil, e no próprio grupo por ele formado existem personalidades que, individualmente, têm tanto mérito moral e tanta capacidade financeira quanto ele. Todavia, aí estava em jogo uma questão de liderança: para que a operação fosse bem-sucedida não bastava um apelo do governo, mesmo com o ministro Delfim Neto avalizando-o; não bastava também a promessa de apoio do Banco do Brasil. Era necessário, sobretudo, credibilidade, isto é, uma pessoa de ilibada reputação nos meios empresariais, por todos reconhecida, que desse também o seu aval.

Aí, a nosso ver, a importância da figura de Azevedo Antunes: em tempo surpreendentemente rápido, tratando-se de um problema de tamanha envergadura, ele conseguiu reunir em torno de si os grupos empresariais necessários. Os dirigentes desses grupos nem sequer examinaram a fundo o Jari como empreendimento. Um deles sintetizou, talvez, o pensamento predominante dizendo à imprensa que se Antunes estava no negócio ele entraria sem perguntar o que era.

Além desse fator subjetivo, ou seja, de confiança na pessoa que está conduzindo as coisas e que é sabidamente séria, houve também outro elemento, que reputamos dos mais saudáveis para o Brasil. A maioria dos novos sócios da Cia. do Jari estão dizendo que nela entraram mais por motivos políticos do que por interesse financeiro. Ou seja, um importantíssimo núcleo de líderes empresariais brasileiros, exponenciais em seus respectivos ramos de atividade, compreendeu a necessidade de um gesto político. A nosso ver, não se trata de um ato político destinado a resolver

um problema do governo, como muitos estão interpretando. Embora isso ocorra, trata-se na verdade muito mais de um gesto de afirmação do empresariado privado diante de toda a opinião pública nacional: lamentavelmente o empresário brasileiro ainda precisa provar para seus compatriotas, para o povo em geral, que é competente, que tem visão histórica e que compreende seu papel social. A Cia. do Jari será uma bela oportunidade para tal prova, mesmo que nunca venha a ser um excelente negócio.